

PERCEPÇÃO AUDITIVA: REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA

*Sylvia Freitas Machado**

Perceber é identificar algo conhecido, predizível, uma mudança no meio ambiente que leva a uma mudança no comportamento de quem percebe. Todos os aspectos do comportamento humano podem ser influenciados pelo que é percebido – sentimentos, aprendizagem, comunicação, pensamento, etc.

O contexto e o conhecimento das informações que levam a respostas discriminadas, mostram que percebemos ‘conjuntos de estímulos’ e não sinais isolados, descontextualizados. São padrões com significado particular que levam à respostas organizadas, ‘racionais’, apropriadas. Cada experiência requer uma nova resposta, numa sucessão que só finda no momento em que o sistema perceptivo não analisa mais porque o sistema sensorio não exerce mais a sua função de interface entre o mundo externo e interno.

Assim, perceber é uma característica da mente humana, capaz de dirigir a atenção para fatos do mundo externo, identificar pistas ou informações, desde que já tenham uma representação mental, e por isso, os eventos percebidos podem ser predizíveis a partir de poucas pistas. É uma

* Fonoaudióloga, mestre em Distúrbios da Comunicação e doutora em Psicologia da Educação, pela PUC-SP.

possibilidade da mente que facilita o conhecimento e reconhecimento de eventos perceptíveis, sejam da natureza que for – sensorial, afetiva, etc.

Conhecer a percepção já foi objeto de inúmeros estudos, com enfoque no campo concreto ou no abstrato, concentrado na modalidade visual principalmente, e abordando o desenvolvimento da criança para exemplificar o que é ‘perceber’. Como todos os outros aspectos do conhecimento humano, a percepção também tem estágios de desenvolvimento que não acontecem todos ao mesmo tempo, mas vão acontecendo conforme as experiências de contacto com o mundo externo ocorrem.

Neste artigo tenho como objetivo refletir sobre a noção atual da percepção auditiva, porque o que se encontra na literatura são conceitos dirigidos mais à percepção visual, de um ponto de vista psicológico ou cognitivo, por um lado, e de outro são abordagens psicolingüísticas que não incluem a percepção auditiva, e nenhum deles, tanto a psicologia quanto a psicolingüística, consideram o processo perceptivo da audição uma entidade com características próprias.

Definir o que é percepção, em termos gerais, não leva a tantas dificuldades quanto as que encontramos ao tentar definir a modalidade auditiva. Os fatos auditivos ocorrem em função do tempo, de seqüências temporais, o que não é fundamental na modalidade visual, e no entanto quer se aplicar o mesmo conceito de discriminação na modalidade auditiva. A discriminação visual se fundamenta na organização espacial para discriminar, enquanto a auditiva tem como base o fato auditivo organizado no tempo.

Portanto, esses conceitos gerais aplicados na modalidade auditiva estão sendo insuficientes para o atual nível de conhecimento da fonoaudiologia. Esta área de conhecimento é essencialmente reabilitativa, tratando dos distúrbios da comunicação em geral – seja da comunicação oral ou escrita. Ainda é uma ciência nova, que se utiliza de conhecimentos de outras disciplinas, mas aos poucos está definindo seus conhecimentos próprios, o que requer pesquisa, estudo, reflexão, etapas a serem cumpridas uma a uma, como todo processo de amadurecimento. O processo de

aprendizagem da criança, especialmente do ponto de vista escolar, implica no desenvolvimento de diversas habilidades cognitivas e comunicativas, incluindo uma boa percepção dos fatos acústicos da fala (fundamental no momento da alfabetização). No entanto, o atual conhecimento do processo de aprendizagem não inclui uma análise profunda dessa habilidade; o que se conhece baseia-se numa analogia com a percepção visual, aplicando-se conceitos arbitrariamente (haja visto para o material de aluno da pré-escola).

O que se segue é uma revisão pequena de alguns trabalhos sobre percepção; dois autores discutem percepção em geral, e outro que discutiu percepção auditiva de um ponto de vista fonoaudiológico, uma vez que partiu do estudo da habilitação da criança surda. Os trabalhos psicolinguísticos (já me referi acima) não tratam de percepção como um fato isolado da compreensão da linguagem e, embora sejam de um valor imenso para a fonoaudiologia, não serão abordados neste artigo. Esses tratados psicolinguísticos merecem uma reflexão a parte, para que sejam isolados os fatos que refletem conceitos de percepção auditiva.

Revendo o trabalho de Roth (1986), encontramos logo na introdução a ressalva de que vai estudar a percepção e representação com base em estudos feitos quase que exclusivamente com a percepção visual. Define percepção como um termo referente “aos meios pelos quais a informação obtida do ambiente, via o órgão sensorio, é transformada em experiências de objetos, eventos, sons, paladares, etc.”. É importante destacar que, muito embora as modalidades perceptivas sejam estudadas isoladamente, perceber é, na maioria das vezes, integrar informações captadas por mais de uma modalidade perceptiva.

Para Roth, três níveis de análise são necessários para compreender a percepção visual:

- 1 – Qual a função que a percepção deve efetuar? (A especificação geral para essa questão é a transformação – base para a ação.)
- 2 – Que princípios operacionais efetuem tal função? (A especificação para essa questão é o processo perceptivo e a representação.)

3 – Que mecanismos sustentam tais princípios operacionais? (Especificando, o mecanismo neuronal.)

Um outro autor, Geert (1983), sem fazer referência ao privilégio ou não da percepção visual, se utiliza em muitos momentos para exemplificar conceitos, da integração visão-audição (resposta orientada). O autor define “o processo de percepção, formalmente, como um relacionamento transformacional entre um mundo externo percebido e as energias físicas atuando sobre os sentidos. A partir dessa definição, um modelo específico de desenvolvimento perceptivo é inferido, uma vez que o processo é visto como um contínuo”. Em outras palavras, a relação cognitiva entre o homem e o mundo é chamada de percepção, assim como uma relação conceitual é chamada de pensamento, ou uma relação afetiva pode ser chamada de amor. Percepção é, portanto, um termo que se refere à existência de um relacionamento de base sensorial entre um organismo vivo e o universo.

Não resta dúvida de que uma visão específica da natureza da percepção modela a estrutura de uma conseqüente teoria do desenvolvimento, ou vice-versa. Da mesma forma o conhecimento científico das características cognitivas da percepção, seja a modalidade que for, deve ser ordenada pelos instrumentos cognitivos utilizados – teorias, modelos, suposições, métodos de inquirição, etc. O conjunto de instrumentos científicos cognitivos provê não somente um plano da organização na qual a cognição de outras pessoas se expressa, como também exemplifica, num sentido abstrato, esse processo.

O conceito de desenvolvimento da percepção não se aplica só para o processo de aprendizagem da criança, mas também para o desenvolvimento do conhecimento científico da percepção, enquanto princípio e objeto de cientificidade.

Sanders (1982), o autor que desenvolveu um modelo auditivo, vai mais longe ao definir percepção, pois seu enfoque é eminentemente comunicativo. Além de definir os aspectos físicos – visuais e auditivos – relevantes para a compreensão do processo comunicativo, Sanders discutiu profundamente os princípios relevantes da percepção da fala. Sendo o

organismo humano incapaz de permanecer passivo na presença de um estímulo complexo, como é a fala, esse envolvimento ativo será invariavelmente manifesto na forma de discriminação, diferenciação e interpretação do estímulo. O resultado da consciência de nós mesmos envolvidos nesse mundo de estímulos é o que Sanders entende como percepção.

Os órgãos sensórios representam o estágio inicial desse desenvolvimento sensitivo – indivíduo e mundo de estímulos. A função sensorial é de prover informações, as quais serão processadas sempre que forem diferenciadas de outras tantas, resultando num comportamento ou numa reação. Portanto, o sistema sensorial provê informações sobre mudanças específicas ou padronizadas que ocorreram no mundo, e a análise dessas informações leva a um ajustamento, uma resposta, a ser ordenada de acordo com o conhecimento do indivíduo. As experiências anteriores possibilitam não só a identificação da informação, como também regem a reação resultante.

Esse conhecimento anterior da informação, por outro lado, cria expectativas: dificilmente um adulto vai se assustar com raios e trovões no meio da tarde, porque nuvens escuras já teriam coberto o céu; no entanto, um bebê ficaria muito assustado por não ter esse conhecimento anterior.

O conceito de percepção está sempre ligado à idéia de desenvolvimento. Segundo Geert, citado acima, pode ser questionado se o desenvolvimento psicológico é um modo físico do ser humano, propriedade das ciências naturais, ou se é um modo social, e então das ciências sociais. Em outras palavras, essa questão refere que o desenvolvimento psicológico, incluindo o da percepção, portanto, se for um modo físico será como é a digestão ou o funcionamento do cérebro: independentes do conhecimento da existência dos órgãos. Mas, se for um modo social, a discussão sobre percepção só é relevante em sociedade ou culturas que já empreguem, explícita ou implicitamente, este conceito (por exemplo a estrutura de um sistema escolar).

O conhecimento anterior, a representação mental do evento percebido, antecipação a partir de algumas pistas do percebido, etc. são ele-

mentos constantes na definição de perceber. É um relacionamento com o mundo externo e uma relação com o conhecimento anterior, já experienciados pelo ser humano. Por isso, esses dois aspectos – um físico e um social – são inerentes ao conceito de percepção. O físico em função do biológico, ou seja, se não há possibilidade de ouvir, ou de enxergar, não haverá percepção respectiva, auditiva ou visual. Esse é um fato lógico, o tanto quanto é lógico que não se encontram os mesmos resultados testando e comparando um sujeito surdo e um ouvinte. Da mesma forma, mas sob o ponto de vista social, os sujeitos que aprenderam a se comunicar, a conviver e a compartilhar conhecimentos num determinado grupo não estão habilitados a viver em qualquer grupo social, a não ser mediante ajustes.

Para retomar a discussão do processo perceptivo e incluir seu papel no desenvolvimento cognitivo, é importante refletir sobre as reações a estímulos perceptíveis, não isolados, mas sim a grupos de estímulos. Ao reconhecer um gato, a criança está identificando uma “gatidade”, ou seja, uma interação de todos os componentes do estímulo e da sua experiência anterior. A cada identificação, mais atributos ou componentes são acrescentados na representação mental. E cada uso do conceito vai também acrescentar componentes na interação.

A representação mental, como no exemplo acima, a “gatidade” para a representação do conceito ‘gato’, inclui a interação de componentes diversos, os quais em combinações diversas, possibilitam a predição, a antecipação no reconhecimento da “gatidade”, cada vez que entrar em contacto com a situação – seja para compreender uma situação ou para elaborar um discurso. A “gatidade” é uma entidade, composta de informações que só podem ser concretizadas num universo sócio-lingüístico.

Esses componentes, ou atributos, ou pistas, ou informações são caminhos de duas vias – seja para reconhecer ou para aplicar o conceito; eles mantêm relações conceituais com outros conceitos; eles mantêm uma interação entre si e mantêm a interação do sujeito com o ambiente.

Concluindo, o objeto de estudo é a percepção auditiva, analisada independentemente da compreensão da linguagem, sob ponto de vista

epistemológico, ou seja, como esse conhecimento é apreendido. A problemática é determinar qual a maneira, a via de acesso para esse conhecimento. Como diz Geert, os instrumentos científicos são cognitivos, possibilitam um processo de conhecimento, mudam os nossos pontos de vista paradigmáticos, numa vivência epistêmica.

Pode ser até que esse processo de conhecimento venha a se tornar uma teoria, rompendo com as noções consensuais usadas atualmente para definir a percepção auditiva. Insistindo ainda nas formulações de Geert, as teorias são gestadas de análises conceituais de definições em estado final.

Se ainda não temos uma definição do objeto real, explicitamente do que é percepção auditiva, se ainda tomamos emprestados conceitos da modalidade visual, e se podemos efetivamente utilizar instrumentos para estudar o processo perceptivo da audição, só nos resta decidir por conhecer esse objeto cientificamente.

A questão aqui não é de adjetivar a definição de percepção, mas sim, de conceitualizar a modalidade auditiva, mudar o paradigma usando um instrumento de conhecimento científico, fazendo um processo epistemológico.

Reportando-se ao trabalho de Roth, dos três níveis de análise para compreender a percepção visual, por aproximação de critério científico, pode-se analisar da mesma forma a percepção auditiva. A função é a mesma, de transformação, é uma base para uma ação; e o mecanismo também é neuronal; mas os princípios operacionais que efetuam a função perceptiva do sistema auditivo não foram definidos nem conceituados. São ainda noções consensuais que não podem ser sustentadas por explicações da psicolingüística ou pelo que já foi pesquisado com a modalidade visual.

Atualmente, entende-se por discriminação auditiva o que é julgamento de igual/diferente ao ser apresentado um par de palavras; ou por memória auditiva acredita-se que é a capacidade de reter palavras. Essas noções de consenso têm grandes evidências de serem nomeadas erroneamente, visto que não se referem ao processo perceptivo da audição, mas

sim ao conhecimento semântico. Romper com essa noção de senso comum é o princípio epistemológico proposto neste trabalho, e a partir daí estabelecer as normas de cientificidade para produzir este conhecimento.

Resumo

Neste artigo são revistos alguns autores que se preocuparam com a habilidade perceptiva, em suas diversas modalidades. O objetivo foi discutir o conceito de percepção que fundamenta a modalidade auditiva, numa busca de romper com a noção consensual, ao se pensar percepção auditiva. Essa reflexão epistemológica, o conteúdo deste artigo, levanta diversas possibilidades de se aprofundar o conhecimento sobre a percepção dos fatos acústicos fundamentais na percepção da fala.

Abstract

In this article there are some authors reviewed who were concerned with the perceptual abilities, in their several modalities. The aim was the discussion about the auditory modality in its fundamental conception, searching to break down the consensual notion, when one thinks about auditory perception. This epistemologic reflection, content of the article, points out some possibilities to go deeper in the understanding about the perception of fundamental acoustic facts in the speech perception.

Referências Bibliográficas

- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2ª ed. Francisco Alves, 1982.
- CARRILO ANGEL, R.E. "El Positivismo Lógico y las Ciencias Sociales". Em: *Cadernos del Seminario Polemica II*, pp. 45-61, CIUP, Colombia, 1988.
- GEERT, P. V. *The Development of Perception, Cognition and Language – A Theoretical Approach*. London, Routledge & Kegan Paul, 1983.
- KOLAKOWSKI, L. *Positivist Philosophy*. London, Penquin Books, 1972.
- LIMOEIRO, M.C. *La Construcion de Conocimentos*. Mexico, Ed. Era, 1977.
- ROTH, I.; FISBY, J.P. *Perception and Representation – A Cognitive Approach*. Inglaterra, Open University Press, 1986.
- SANDERS, D.A. *Aural Rehabilitation – A Management Model*. 2ª ed. EUA, Prentice-Hall, 1982.